

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA REFERENTE  
AO EXERCÍCIO 2017**

O Regime de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) é considerado de caráter contributivo e solidário. Está organizado de acordo com a Lei Complementar 412/2008 e alterações da Lei Complementar 662/15, sendo composto pela Unidade Gestora – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV/SC) e pelo Fundo Financeiro.

O IPREV é uma autarquia, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, em relação ao Poder Executivo, vinculado à Secretaria de Estado da Administração. O Fundo Financeiro é destinado ao pagamento de benefícios previdenciários a segurados e dependentes de servidores públicos.

Este Conselho Fiscal tomou posse em setembro de 2016 e, como órgão de fiscalização da gestão financeira, apreciou documentos, relatórios, atividades e comparativos de receita e despesa encaminhados pelo IPREV, bem como solicitou algumas informações e esclarecimentos, quando pertinente.

De acordo com o inciso VIII do artigo 43 da Lei Complementar nº 412/2008, “compete ao Conselho Fiscal remeter ao Conselho de Administração do RPPS/SC, anualmente, parecer sobre as contas e os balancetes do IPREV”.

Após análise dos balanços, balancetes e Relatórios de Controle Interno disponibilizados eletronicamente no endereço <HTTPS://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>, este Conselho emite parecer sobre as contas do exercício de 2017.

## **1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os Balanços Orçamentários das unidades gestoras que compõem o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) estão descritos no quadro seguinte. Neles, constam as receitas realizadas e as despesas liquidadas.

**Quadro 1 - Resultado Orçamentário do Exercício**

<b>RECEITAS/DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>IPREV – Unidade Administrativa</b>	<b>Fundo Financeiro</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.902.909,18</b>	<b>2.410.554.902,00</b>
Receitas de Contribuições	0	2.336.186.085,74
Receita Patrimonial	2.332.290,99	38.858.229,56
Receita de Serviços	355.290,01	5.799.642,08
Outras Receitas Correntes	215.328,18	29.710.944,62
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>85,80</b>	<b>0</b>
Alienação de Bens	0	0
Amortização de Empréstimo	85,80	0
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>2.902.994,98</b>	<b>2.410.554.902,00</b>
DÉFICIT	94.693.538,37	3.028.700.346,17
<b>TOTAL</b>	<b>97.596.447,55</b>	<b>5.439.255.248,17</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>97.567.180,60</b>	<b>5.439.255.248,17</b>
Pessoal e Encargos Sociais	37.444.135,61	5.395.267.528,98
Outras Despesas Correntes	60.123.044,99	43.987.719,19
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>29.266,95</b>	<b>0</b>
Investimentos	29.266,95	0
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>97.596.447,55</b>	<b>5.439.255.248,17</b>
SUPERÁVIT	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>97.596.447,55</b>	<b>5.439.255.248,17</b>

**Fonte: Balanço orçamentário**

O resultado orçamentário, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, é obtido por meio da diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício. Tais receitas e despesas somente podem ser realizadas após autorização legislativa, que se concretiza por meio da Lei Orçamentária Anual.

Verificou-se, conforme o quadro 1, que a Unidade Administrativa do IPREV apresentou déficit, ou seja, as receitas foram menores que as despesas, num montante de R\$ 94.693.538,37. Porém, conforme verifica-se no quadro 2 a seguir, considerando-se as transferências financeiras, o resultado foi superavitário no montante de R\$ 922.547,43. Este ajuste faz-se necessário porque parte das receitas são arrecadas pelas Unidades Gestoras do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo o Ministério Público e o TCE/SC.

Na Unidade Administrativa no item Outras Despesas Correntes, estão incluídas entre outras despesas as referentes ao PIS/PASEP no total de R\$ 44.704.165,33.

O Fundo Financeiro apresentou no Balanço Orçamentário um déficit de R\$ 3.028.700.346,17, porém considerando-se as transferências financeiras, o déficit final foi de R\$ 53.332.375,40.

**Quadro 2 - Resultado Financeiro do Exercício**

<b>Itens</b>	<b>IPREV - Unid. Administrativa</b>	<b>Fundo Financeiro</b>
Receita Orçamentária	2.902.994,98	2.410.554.902,00
Despesa Orçamentária	<b>(97.596.447,55)</b>	(5.439.255.248,17)
Transferências Recebidas	95.631.886,03	3.766.834.896,53
Transferências Concedidas	(15.886,03)	(684.802.174,96)
<b>Resultado</b>	<b>922.547,43</b>	<b>53.332.375,40</b>

Fonte: Balanço Financeiro

**Quadro 3 – Apuração do superávit Financeiro – Fundo Financeiro**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ativo Financeiro	382.232.609,16	321.628.840,23
Passivo Financeiro	65.584.914,42	58.498.544,39
<b>Superávit Financeiro</b>	<b>316.647.694,74</b>	<b>263.130.295,84</b>

Fonte: Balanço Patrimonial

**2 - DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (VPA/VPD)**

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) equivalem-se ao conceito de “Receitas” na contabilidade privada, independentemente da execução orçamentária. Da mesma forma, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VDPs) equivalem-se às “Despesas” na contabilidade regida pela Lei Federal 6.404/76 e suas alterações.

Os quadros 4 e 5 a seguir apresentam o resultado patrimonial do exercício (receitas – despesas), da Unidade Administrativa e do Fundo Financeiro.

**Quadro 4 - Variações Patrimoniais do Exercício - Unidade Administrativa**

<b>Descrição</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Perc. %</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)</b>	<b>99.233.093,62</b>	<b>100%</b>
Taxa Administração	95.631.886,03	96,37%

Outras Receitas	3.601.207,59	3,63%
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)</b>	<b>94.169.527,44</b>	<b>100%</b>
Pessoal e Encargos	39.024.253,62	41,44%
PIS/PASEP	46.930.614,14	49,84%
Outras Despesas	8.214.659,68	8,72%
<b>Resultado Patrimonial do Exercício</b>	<b>5.063.566,18</b>	<b>-</b>

Fonte: Balancete Dezembro/2017 e Demonstração das Variações Patrimoniais

Verificou-se que 96,37% das receitas da Unidade Administrativa são relativas à taxa de administração. Quanto às despesas, 41,44% referem-se a Pessoal e Encargos e 49,84% ao PIS/PASEP.

#### Quadro 5 - Variações Patrimoniais do Exercício – Fundo Financeiro

Descrição	Valor R\$	Perc. %
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)</b>	<b>91.339.535.458,78</b>	
Reversão de Provisões Matemáticas	84.933.927.023,19	
<b>Total VPAs (-) Reversão de Provisões Matemáticas</b>	<b>6.405.608.435,59</b>	<b>100,00%</b>
Transferências Intragovernamentais	3.767.144.252,19	58,81%
Contribuições Patronais	1.391.748.017,45	21,73%
Contribuições dos Servidores	934.600.342,93	14,59%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	37.185.265,09	0,58%
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	27.984.569,84	0,44%
Serviços Administrativos	5.799.642,08	0,09%
Variações Monetárias e Cambiais de Créditos a Receber	237.506.856,64	3,71%
Aluguéis	1.669.890,07	0,03%
outras VPAs	1.969.599,30	0,03%
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)</b>	<b>90.617.594.251,47</b>	
Provisões Matemáticas Previdenciárias	84.253.203.855,77	
<b>Total VPDs (-) Provisões Matemáticas Previdenciárias</b>	<b>6.364.390.395,70</b>	<b>100,00%</b>
Aposentadorias e Reformas	4.445.797.946,64	69,85%
Transferências Intragovernamentais	684.802.174,96	10,76%
Pensões	987.575.479,32	15,52%
Variações Monetárias de Sentenças Judiciais	224.653.418,83	3,53%
Perdas com Créditos Prescritos	15.532.508,73	0,24%
Pessoal e Encargos	3.914.567,07	0,06%
Honorários Advocatícios - Ônus de Sucumbência	1.861.605,65	0,03%
Outras VPDs	252.694,50	0,00%
<b>Resultado Patrimonial do Exercício</b>	<b>721.941.207,31</b>	<b>-</b>

Fonte: Balancete Dezembro/2017e Demonstração das Variações Patrimoniais

Reversão de Provisões Matemáticas (4.9.7.1.1.03.)	84.933.927.023,19
Provisões Matemáticas Previdenciárias (3.9.7.2.1)	84.253.203.855,77
<b>Resultado negativo das Provisões Matemáticas</b>	<b>680.723.167,42</b>

Conforme consta nos comentários do Quadro 8 – Débito das Prefeituras Municipais, foram baixados créditos com as Prefeituras Municipais de Florianópolis, Iporã do Oeste, São Domingos e Dona Emma, em virtude de decadência/prescrição.

Para a análise das variações patrimoniais do Fundo Financeiro, desconsiderou-se as receitas e despesas relativas às provisões matemáticas, que resultaram em R\$ 680.723.167,42.

Verificou-se que as contribuições patronais representam 21,73%, as contribuições dos servidores 14,49%, e as Transferências Intragovernamentais 58,81% das receitas patrimoniais.

Quanto às despesas, Aposentadorias e Reformas representam 69,85%, Transferências Intragovernamentais 15,52% e Pensões 10,76%.

### 3 – DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Os quadros 6 e 7 a seguir demonstram a situação patrimonial da Unidade Administrativa e do Fundo Financeiro, apresentando os saldos em 31/12/2017 e 31/12/2016.

#### Quadro 6 - Balanço Patrimonial - Unidade Administrativa

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>	<b>18.370.995,74</b>	<b>15.998.048,34</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>18.293.695,63</b>	<b>15.638.723,36</b>
Demais Créditos a curto prazo	43.873,80	44.373,80
Investimentos e aplicações Temporárias	18.197.857,36	15.522.743,60
Estoques	37.707,63	55.563,61
Vpd Pagas Antecipadamente	14.256,84	16.042,35
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>77.300,11</b>	<b>359.324,98</b>

Imobilizado	77.300,11	359.324,98
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>18.370.995,74</b>	<b>15.998.048,34</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>1.361.949,64</b>	<b>3.730.649,08</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>819.443,64</b>	<b>3.178.910,62</b>
Obrigações Trab. Previd.Assist. a curto prazo	428.124,26	266.137,84
Fornecedores a Pagar/contas a pagar a curto prazo	128.928,30	205.970,09
Tributos Federais Renegociados	0,00	2.413.617,00
Demais Obrigações a curto prazo	262.391,08	293.185,69
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>542.506,00</b>	<b>551.738,46</b>
Precatórios de Fornecedores	542.506,00	308.590,79
Precatórios de Pessoal	0,00	243.147,67
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>17.009.046,10</b>	<b>12.267.399,26</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>17.009.046,10</b>	<b>12.267.399,26</b>
Superávits ou Déficits do Exercício - <b>Consolidação</b>	<b>-35.828.352,33</b>	- 39.891.643,89
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	99.696.093,49	- 59.792.873,64
Ajustes de Exercícios Anteriores	-321.919,34	-11.575,96
Superávits ou Déficits do Exercício - <b>Intra OFSS</b>	88.987.991,72	95.566.644,49
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	193.445.542,50	97.878.898,01
Superávits ou Déficits do Exercício - <b>Inter União</b>	-48.065.983,30	-36.297.033,52
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-81.412.202,13	-45.115.168,61
Superávits ou Déficits do Exercício - <b>Inter Município</b>	-30,089,91	-9.768,61
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-69.847,62	-60.079,01

Fonte: Balanço Patrimonial

Verificou-se que o patrimônio líquido da Unidade Administrativa passou de R\$ 12.267.399,26 em 2016 para R\$ 17.009.046,10 em 2017, tendo um acréscimo de R\$ 4.741.646,84. Verificou-se economia de recursos na Unidade Administrativa em relação ao exercício anterior. As Variações Patrimoniais Diminutivas em 2017 totalizaram R\$ 94.169.527,44, com Variações Patrimoniais Aumentativas à Taxa de Administração no montante de R\$ 95.616.000,00. Em 2016 as Variações Patrimoniais diminutivas totalizaram R\$ 100.092.518,82, com Variações Patrimoniais Aumentativas relativas a Taxa de Administração no montante de R\$ 111.697.872,75. Essa economia está registrada, substancialmente, no item “Investimentos e aplicações Temporárias” que passou de R\$ 15.522.743,60 para R\$ 18.197.857,36, bem como na quitação de Obrigações Fiscais à curto prazo no valor de R\$ 2.413.617,00

**Quadro 7 - Balanço Patrimonial - Fundo Financeiro**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>ATIVO</b>	<b>505.241.378,99</b>	<b>468.667.494,79</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>394.264.842,97</b>	<b>342.118.500,00</b>
Caixa em Moeda Nacional	168.353,70	19.344,94
Contribuições Sociais - Consolidação	11.622.882,32	7.327.083,84
Créditos Previdenciários Parcelados - Intra	-	12.670.918,25
Créditos Previdenciários Parcelados - Inter Municípios	275.495,28	275.495,28
Ações Passíveis de Alienação	133.856,21	216.162,40
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	382.064.255,46	321.609.495,29
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>110.976.536,02</b>	<b>126.548.994,79</b>
Dívida Ativa Tributária - Intra	-	-
Créditos a Longo Prazo - Inter Municípios	1.324.033,49	17.132.037,50
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	2.600,00	2.600,00
Propriedades para Investimento	41.810.881,77	41.803.077,93
Imobilizado	67.839.020,76	67.608.439,36
Intangível	-	2.840,00
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>505.241.378,99</b>	<b>468.667.494,79</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>339.667.325,04</b>	<b>1.025.031.808,15</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>103.588.013,66</b>	<b>105.577.470,15</b>
Precatórios de Benefícios Previdenciários	38.038.958,36	47.263.949,26
Valores Restituíveis (Consignações e Depósitos)	65.549.055,30	58.313.520,89
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>236.079.311,38</b>	<b>919.454.338,00</b>
Precatórios de Benefícios Previdenciários	186.403.937,87	189.055.797,07
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	1.904.204.644,54	730.398.540,93
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	-1.854.529.271,03	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>165.574.053,95</b>	<b>-556.364.313,36</b>
Superávits ou Déficits do Exercício - <b>Consolidação</b>	-3.780.941.968,31	- 4.362.422.300,61
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	-	- 7.198.266.947,98
	11.560.689.248,59	
Superávits ou Déficits do Exercício - <b>Intra OFSS</b>	-2.840,00	3.735.543.017,36
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	4.474.546.143,93	7.154.452.859,00
Superávits ou Déficits do Exercício - <b>Inter União</b>	10.889.995.876,36	27.533.269,79
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	27.915.326,29	85.700.760,70
Superávits ou Déficits do Exercício - <b>Inter Município</b>	113.234.030,49	407.125,81
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	321.705,40	687.902,57

Verificou-se que consta no Balanço Patrimonial o montante de R\$ 49.675.373,51, relativo às provisões matemáticas, sendo R\$ 1.904.204.644,54 na conta Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e R\$ 1.854.529.271,03 na conta redutora Provisões Matemáticas de Benefícios à Conceder. Porém, conforme a Nota Técnica 3373/2017, de julho de 2017, tal montante refere-se a linha “Patrimônio”. O montante correto das provisões matemáticas, na forma da referida Nota Técnica, é de R\$ 145.514.165.893,57(vide Quadro 9). Recomenda-se a análise destes dados, a exemplo do que já ocorreu no Relatório referente ao ano de 2016.

Verificou-se que o Patrimônio Líquido do Fundo Financeiro passou de (-R\$ 556.364.313,36) em 2016 para R\$ 165.574.053,95 em 2017, tendo um acréscimo de R\$ 721.938.367,31. O componente patrimonial que mais colaborou para este acréscimo foi a Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias, que resultou em R\$ 680.723.167,42 (Quadro 5). O saldo registrado em 2016 era de R\$ 730.398.540,93 e passou a ser de R\$ 49.675.373,51 (R\$ 1904.204.644,54 – R\$ 1.854.529.271,03) em 2017.

Ressalte-se que as provisões matemáticas registradas no balanço não refletem a realidade expressa no cálculo atuarial de 2017.

#### Quadro 8 – Débito das Prefeituras Municipais

Os valores registrados no Ativo Circulante e Não Circulante, relativo aos Municípios devedores, conforme Relatório de Controle Interno, mês Dezembro/2017, são:

São José	1.187.041,76
Imarui	295.483,17
Major Gercino	67.052,16
Anitápolis	12.300,58
Governador Celso Ramos	29.033,28
São Bonifácio	4.167,52
Ibirama	4.450,30
TOTAL	R\$ 1.599.528,77

Conforme documento encaminhado pela Gerência Contábil do Instituto, foi baixado o crédito com a Prefeitura de Florianópolis em virtude da decadência/prescrição,

Processo IPESC 00001154/2003, fls 326 e 327. Da mesma forma foram baixados os créditos com as Prefeituras de Iporã do Oeste, São Domingos e Dona Emma por tratar-se de dívidas com o Plano de Saúde, que à época era administrado pelo IPESC e posteriormente transferido por Lei os seus débitos e créditos para a Secretaria de Estado da Administração.

#### **4 – DA AVALIAÇÃO ATUARIAL**

Anexo ao Balanço Anual consta a Nota Técnica 3373/17, elaborada por Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA 494, datada de Julho/2017, conforme quadros abaixo:

##### QUADRO CIVIL

<b>ITEM</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>FOLHA PAGAMENTO (R\$)</b>	<b>%</b>
ATIVOS-QUADRO GERAL	30.673	244.590.660,95	35,83
ATIVOS –PROFESSORES	21.471	80.515.411,97	11,79
INATIVOS/PENSIONISTAS	56.680	357.581.189,48	52,38
<b>TOTAL</b>	<b>108.824</b>	<b>682.687.262,40</b>	<b>100%</b>

Na Relação Ativos x Inativos, o pessoal ativo que representava 49,34% do total em 2016, diminuiu para 47,92% enquanto que os Inativos e Pensionistas que representavam 50,66% passou em 2017 para 52,38%.

Do total de 56.680 Inativos/Pensionistas, 45.033 são Inativos e 11.647 são Pensionistas. Um acréscimo de 1.906 Inativos e 283 Pensionistas em relação ao ano de 2016.

##### QUADRO MILITAR

ITEM	QUANTIDADE	FOLHA PAGAMENTO(R\$)	%
ATIVOS	13.009	77.778.237,47	48,00
INATIVOS	9.457	84.244.791,51	52,00
<b>TOTAL</b>	<b>22.466</b>	<b>162.023.028,98</b>	<b>100%</b>

RESUMO GERAL – CIVIL E MILITAR

( Ativos, Inativos e Pensionistas)

ITEM	QUANTIDADE	FOLHA PAGAMENTO(R\$)	%
ATIVOS	65.153	402.884.310,39	49,76
INATIVOS/PENSIONISTAS	66.137	441.825.980,99	41,81
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>131.290</b>	<b>844.710.291,38</b>	<b>100%</b>

A evolução do plano de custeio está demonstrada no item 5.4 - Futuras Aposentadorias, na tabela 23 da nota técnica, que informa o número de servidores inativos e pensionistas para os próximos 20 anos. Fica demonstrado que se em 2016 a folha de inativos e pensionistas representa 108,31% da folha dos ativos, em 2036 esse percentual se elevará para 128,61%.

**Quadro 9 - Resultado do Fundo Financeiro**

	<b>RESERVAS TÉCNICAS</b>
--	--------------------------

<b>TIPO</b>	<b>BASE - 2016 (R\$)</b>	<b>BASE - 2015 (R\$)</b>
<b>(RMBAC)</b>	(R\$ 68.387.982.544,94)	(63.799.856.538,62)
<b>(RMBCC)</b>	(R\$ 94.754.299.062,75)	(87.794.734.182,74)
<b>(RESERVA TÉCNICA)</b>	<b>(R\$ 163.142.281.607,69)</b>	(151.594.590.721,36)
<b>COMP. FINANCEIRA RECEBER</b>	R\$ 17.578.440.340,62	8.771.157.654,91
<b>COMP. FINANCEIRA PAGAR</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>PATRIMÔNIO</b>	R\$ 49.675.373,50	730.398.540,91
<b>RESULTADO (DÉFICIT)</b>	<b>(R\$ 145.514.165.893,57)</b>	(142.093.034.525,54)

**Fonte: Nota Técnica 3373/17.**

De acordo com o mencionado relatório, o RMBAC representa a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder, a qual é calculada para os segurados do plano que estão em atividade. O RMBCC representa a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, a qual é calculada para os segurados do plano que já estão recebendo benefício de aposentadoria ou pensão por morte.

A Reserva Técnica representa a soma algébrica da RMBAC e RMBCC e a Compensação Financeira representa os valores que o IPREV pode se habilitar nos termos do §9º do art. 201 da Constituição Federal. O relatório informa que o art. 11, da portaria MPS 403/08 permite estabelecer a Compensação Previdenciária e por um princípio de prudência, foi atribuído 10% sobre o Valor Atual dos Benefícios Futuros do plano de Benefícios, atribuindo 8% ao Fundo Civil e 2% ao militar. O Resultado foi obtido pela operação do Patrimônio mais a Compensação Financeira menos a Reserva Técnica. Se o resultado é positivo, tem-se superávit, e quando negativo, ocorre déficit.

Conforme as premissas, métodos e hipóteses utilizados na avaliação atuarial, em dezembro, o custo atual de todos os benefícios propostos pelo fundo financeiro foi estimado em R\$ 163,1 bilhões. Enquanto, o montante dos direitos, representado pela compensação financeira a receber e, também, pelo valor patrimonial, possui o valor presente de R\$ 17,6 bilhões, que comparado com o total do passivo, resulta em um déficit atuarial de R\$ 145,5 bilhões, devendo ser este o valor demonstrado no balanço patrimonial do Fundo Financeiro, na conta Provisões Matemáticas.

Nos quadros a seguir o Resultado do Fundo Financeiro é dividido em Civil e Militar, na forma de exigência legal.

**Quadro 10 - Apuração do Resultado do Fundo Financeiro Civil**

<b>RESERVAS TÉCNICAS</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL (R\$)</b>
(RMBAC)	(R\$ 58.272.799.661,35)
(RMBCC)	(R\$ 71.276.207.757,68)
<b>(RESERVA TÉCNICA)</b>	<b>(R\$ 129.549.007.419,02)</b>
COMP. FINANCEIRA RECEBER	R\$ 16.592.344.478,02
COMP. FINANCEIRA PAGAR	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO	R\$ 49.675.373,50
<b>RESULTADO (DÉFICIT)</b>	<b>(R\$ 112.906.987.567,50)</b>

Fonte: Nota Técnica 3373/2017.

**Quadro 11 - Apuração do Resultado do Fundo Financeiro Militar**

<b>RESERVAS TÉCNICAS</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL (R\$)</b>
(RMBAC)	(R\$ 10.115.182.883,59)
(RMBCC)	(R\$ 23.478.091.305,07)
(RESERVA TÉCNICA)	(R\$ 33.593.274.188,66)
COMP. FINANCEIRA RECEBER	R\$ 986.095.862,60
COMP. FINANCEIRA PAGAR	-
PATRIMÔNIO	R\$ 0,00
<b>RESULTADO (DÉFICIT)</b>	<b>(R\$ 32.607.178.326,06)</b>

Fonte: Nota Técnica 3373/2017

A Nota Técnica 3373/17, elaborada por Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA 494 apresenta o relatório de cálculo atuarial referente a 2016. Observa-se que as tabelas com dados dos contribuintes e beneficiários não apresentam a origem/fonte e onde estão disponibilizados, haja vista que não acompanham o relatório.

As tabelas 8 e 9 apresentam resumos do quadro funcional (ativos/inativos) de cada poder relacionado, incluindo o MP e o TCE, nas quais são apresentados quantitativos de servidores, sem mencionar sexo, médias salariais e etárias, valor das folhas de pagamento mensal e percentual, conforme ocorria em exercícios anteriores.

As tabelas 13 e 23 apresentam dados (quantidade e proventos) dos servidores inativos atuais e futuros. Ocorre que, a base de cálculo dos proventos dos servidores que

pertenciam ao antigo Fundo Previdenciário não pode ser o valor bruto da Folha de Pagamento, mas o valor base da contribuição previdenciária, haja vista que os benefícios serão calculados pela média das contribuições. Essa informação não restou caracterizada no relatório.

Observa-se também que o referido relatório ao projetar os resultados do Fundo Financeiro, não apresenta informações acerca da política de investimentos. Nesse sentido, a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008, assim dispõe: “Art. 9º A taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial deverá ter como referência a meta estabelecida para as aplicações dos recursos do RPPS na Política de Investimentos do RPPS, limitada ao máximo de 6% (seis por cento) ao ano.”

Em 2017, foram contabilizadas como provisões matemáticas R\$ 49.675.373,51, correspondendo este valor, conforme o relatório de cálculo atuarial, ao Patrimônio apurado em 31/12/2015. Verifica-se que os registros contábeis decorrentes do relatório de cálculo atuarial estão em desacordo com o disposto na Portaria MPS nº 403/2008, trata da apuração do resultado atuarial e assim determina:

#### Da Apuração do Resultado Atuarial

Art. 16. Nas reavaliações atuariais anuais deverá ser efetuada a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais, no mínimo.

Art. 17. As avaliações e reavaliações atuariais indicarão o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial.

§ 1º O passivo atuarial do RPPS é representado pelas reservas matemáticas previdenciárias que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios.

§ 2º Na hipótese do RPPS constituir fundo previdencial para oscilação de risco este deverá compor o passivo atuarial.

§ 3º As reservas matemáticas previdenciárias serão registradas no Passivo Exigível a Longo Prazo, no grupo de contas denominado Provisões Matemáticas Previdenciárias, observado o detalhamento estabelecido no Plano de Contas aplicável aos RPPS. (Grifo nosso).

## 5 – LICITAÇÕES

O Relatório que trata das licitações iniciadas e/ou terminadas em 2017 foi encaminhado à Presidência do IPREV e ao Conselho de Administração do RPPS/SC. Da

análise, constatou-se que os processos licitatórios, Dispensa de Licitação e Termos de Permissão de Uso Remunerado apresentados a este Conselho estão de acordo com o que exige a legislação pertinente, recomendando, entretanto, que as licitações na modalidade de Pregão sejam realizadas na forma eletrônica.

## **6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com relação aos municípios de São Bonifácio e Ibirama que não vêm saldando suas obrigações, conforme registradas no Balanço do Fundo Financeiro, recomenda-se que sejam adotadas todas as providencias necessárias para sua cobrança de forma a evitar eventual prescrição, como já ocorreu em outros casos. Ocorrida a prescrição, recomenda-se a apuração das responsabilidades administrativas cabíveis.

Constatou-se no Fundo Financeiro o pagamento de despesas com folha de pagamento dos inativos, que não são benefícios previdenciários. A Unidade Contábil do Instituto abriu processo IPREV 4640/2016 relatando a questão e solicitando o ressarcimento dos valores. Tais ocorrências registraram-se também durante todo o ano de 2016. Este Conselho relatou as ocorrências ao Sr Presidente e recomendou a sua solução.

Nas Notas Explicativas de Dezembro/2017, do Fundo Financeiro, consta um crédito de R\$ 11.622.882,32, objeto de Notificações Extrajudiciais, referente às contribuições previdenciárias e patronal, devidas por servidores em licença sem remuneração, à disposição, inativos, cartorários e instituidores de pensão. Ressalte-se que em 2016 esse crédito era de R\$ R\$ 7.327.083,84. Durante o ano de 2017 os pagamentos foram inexpressivos. A Gerência de Contabilidade de IPREV informou que foi aberto processo IPREV 4342/2016 sugerindo quanto ao registro e baixa desses créditos. O Conselho Fiscal recomenda que a Unidade de Fiscalização do Instituto seja reestruturada, de maneira a agilizar o recebimento desses créditos, evitando a sua prescrição/decadência.

Consta no orçamento de 2017 valor expressivo no item Investimento na Unidade Gestora IPREV. Tal valor orçado impacta na receita necessária. Constatou-se que no ano de 2017, praticamente não foi feito qualquer investimento. Como é sabido, quanto maior a despesa e investimento, maior deverá ser a receita. Como a receita dessa Unidade é quase que exclusivamente oriunda da Taxa de Administração, o acréscimo da despesa ou do item investimento, resultará em uma maior contribuição dos Poderes e Órgãos. Recomenda-se que

quando da elaboração do orçamento, o item Investimento seja acompanhado de projetos de aplicação dos recursos.

Este conselho recomenda, a exemplo do que foi feito no Relatório de 2016, a realização de auditoria nas folhas de pagamento dos Poderes, Ministério Público e Tribunal de Contas, para que seja verificada a sua regularidade. É de se ressaltar que a folha de pagamento dos inativos é totalmente elaborada nos próprios Poderes e Órgãos.

O Conselho Fiscal não analisou a Nota Técnica referente a Avaliação Atuarial do Instituto, eis que é atribuição do Conselho de Administração do RPPS/SC, conforme artigos 33 e 40 da Lei Complementar nº 412/2008. A análise é exclusivamente quanto aos aspectos financeiros que influenciaram no Balanço Anual do Instituto, sem entrar no mérito das bases financeiras e atuariais utilizadas e a sua metodologia.

Desta forma, com base nos relatórios contábeis apresentados a este Conselho Fiscal e em atendimento à legislação vigente, manifestamo-nos no sentido de aprovação das contas, com as ressalvas e recomendações anteriormente registradas.

Florianópolis, 20 de março de 2018

Calirio Cipriano da Silveira  
Conselheiro Presidente

Laudenir Fernando Petroncini  
Conselheiro Vice-Presidente

Raquel Santos Rachadel da Silva  
Conselheira Secretária

Fabíola Ferreira de Macedo  
Conselheiro Titular

Marina Elisa Pantzier  
Conselheira Titular

Ricardo José da Silva  
Conselheiro Titular